

0000278-15.2011.5.04.0281 RO Fl. 1

JUÍZA CONVOCADA INAJÁ OLIVEIRA DE BORBA

Órgão Julgador: 4ª Turma

Recorrente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Recorrente: SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO LTDA.

Recorrido: OS MESMOS

Origem: Vara do Trabalho de Esteio

Prolator da Sentença: JUÍZA ROZI ENGELKE

E M E N T A

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO DE APRENDIZ. ARTIGO 429 DA CLT. DECRETO Nº 5.598/2005. DESCUMPRIMENTO. Nos termos do artigo 10 do Decreto nº 5.598/05 (norma jurídica que regulamenta o artigo 429 da CLT) o percentual de contratações de aprendizes tem como base o número de empregados da empresa que exerçam atividades que demandem formação profissional, como tais consideradas aquelas assim elencadas na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO. Hipótese em que a parte ré não contratou o número mínimo de aprendizes, determinado na legislação que rege a matéria. Recurso ordinário da parte ré a que se nega provimento.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDAM os Magistrados integrantes da 4ª Turma do Tribunal Documento digitalmente assinado, nos termos da Lei 11.419/2006, pela Exma. Juíza Convocada Inajá Oliveira de Borba.

Confira a autenticidade do documento no endereço: www.trt4.jus.br. Identificador: E001.2210.3007.4521.

Preliminarmente, por unanimidade, ACOLHER PARCIALMENTE a arguição de não conhecimento do recurso ordinário da ré quanto à inépcia da inicial e ilegitimidade do autor para postular dano moral coletivo, por ausência de fundamentação. Por unanimidade, NÃO CONHECER o recurso ordinário da ré quanto aos encargos previdenciários e fiscais, por ausência de interesse recursal. No mérito, por unanimidade, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso ordinário da ré para reconhecer que o depoimento de sua testemunha foi prestado em tal condição e não na de informante, atribuindo-se a ele o devido valor probante, afastar da condenação à aplicação da multa prevista no art. 475-J do CPC e para estabelecer que os efeitos da decisão devem abranger todo o território do Município de Esteio.

Por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao recurso ordinário da parte autora. Valor da condenação e custas que, para os fins legais, se mantém inalterado.

Intime-se.

Porto Alegre, 12 de abril de 2012 (quinta-feira).

RELATÓRIO

Inconformados com a sentença proferida nas fls. 617-22, complementada nas fls. 646, que julgou procedente em parte a Ação Civil Pública, a ré e o autor interpõem recursos.

A ré, pelas razões das fls. 651-79, argúi a nulidade da decisão, por negativa Documento digitalmente assinado, nos termos da Lei 11.419/2006, pela Exma. Juíza Convocada Inajá Oliveira de Borba.

de prestação jurisdicional. Busca seja afastada a acolhida da contradita,

renova a arguição de inépcia da petição inicial e ilegitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho para postular dano moral coletivo, requerendo a extinção do processo, sem resolução do mérito. No mérito propriamente dito, requer a reforma da sentença que determinou a contratação de aprendizes nos termos do art. 11 do Decreto 5.598/05, no percentual de 5%, no mínimo, bem como indenização de R\$ 20.000,00 a título de dano moral coletivo, multa, juros e correção monetária, multa do art. 475-J do CPC e recolhimentos previdenciários e fiscais.

O Ministério Público do Trabalho, pelas razões das fls. 747-52, requer a reforma do julgado para que a indenização por dano moral coletiva seja fixada em R\$ 100.000,00.

Com contrarrazões do autor (fls. 728-45) e do réu (fls. 758-62), os autos são encaminhados a este Tribunal para julgamento.

É o relatório.

É o relatório.

V O T O

JUÍZA CONVOCADA INAJÁ OLIVEIRA DE BORBA (RELATORA):

PRELIMINARMENTE

1. DO NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO ORDINÁRIO DA RÉ

SUSCITADO NAS CONTRARRAZÕES DO AUTOR

O Ministério Público do Trabalho, nas contrarrazões, suscita o não

conhecimento do recurso ordinário da ré quanto à inépcia da petição inicial,

Documento digitalmente assinado, nos termos da Lei 11.419/2006, pela Exma. Juíza Convocada Inajá Oliveira

de Borba.

Confira a autenticidade do documento no endereço: www.trt4.jus.br. Identificador: E001.2210.3007.4521.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ACÓRDÃO

0000278-15.2011.5.04.0281 RO Fl. 4

contratação de aprendizes e dano moral coletivo, por ausência de

fundamentação. Diz que a ré, relativamente a tais tópicos, limita-se a

transcrever o conteúdo da contestação, atraindo a aplicação da Súmula 422

do C. TST.

Examino.

Embora, de acordo com o art. 899 da CLT, os recursos possam ser

interpostos por simples petição, certo é que a mesma deve,

necessariamente, conter os nomes e a qualificação das partes, os

fundamentos de fato e de direito e o pedido de nova decisão.

Outrossim, a par de o recurso devolver ao Tribunal o conhecimento da matéria impugnada (artigo 515 do CPC), a parte, necessariamente, deve ser clara e objetiva ao indicar as razões de sua inconformidade com a decisão proferida, ou seja, deve atacar, expressamente, os fundamentos da sentença e apresentar os seus, a fim de obter a reforma da decisão no que lhe foi desfavorável.

No caso dos autos, as razões recursais, quanto aos itens "inépcia da petição inicial" e "Dano moral - coletiva - ilegitimidade do Ministério Público do Trabalho", não primam pela melhor técnica de redação jurídica. Ocorre que, apesar de deduzir suas razões, não apresenta fundamentos com base nos quais pretende a reforma da decisão, limitando-se a repetir todas as razões expostas na defesa, circunstância que impede o conhecimento do apelo quanto aos tópicos mencionados .

A respeito, é importante referir, ainda, que o inciso LV do artigo 5º da Constituição da República, que assegura às partes o direito ao contraditório e à ampla defesa, bem assim os meios e recursos a ela inerentes, não exime os litigantes de observar os requisitos de

Documento digitalmente assinado, nos termos da Lei 11.419/2006, pela Exma. Juíza Convocada Inajá Oliveira

de Borba.

Confira a autenticidade do documento no endereço: www.trt4.jus.br. Identificador: E001.2210.3007.4521.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ACÓRDÃO

0000278-15.2011.5.04.0281 RO Fl. 5

admissibilidade dos recursos previstos no inciso II do artigo 514 do Código de Processo Civil, pressupostos que o recorrente não atendeu quanto aos tópicos citados.

Aplicável à espécie o entendimento jurisprudencial contido na Súmula nº

422, que dispõe, "in verbis: "RECURSO. APELO QUE NÃO ATACA OS

FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. NÃO CONHECIMENTO.

ART. 514, II, do CPC." (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 90 da

SDI-II - Res. 137/2005 - DJ 22.08.2005).

Outrossim, em relação à determinação de contratação de aprendizes e

dano moral coletivo o recurso não carece de fundamentos, afastando-se,

em relação a tais aspectos, o invocado não conhecimento do recurso da ré.

Assim sendo, não se conhece do recurso ordinário interposto pela ré

quanto à inépcia da petição inicial e ilegitimidade da parte autora para

postular dano moral coletivo.

2. DO NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO QUANTO AOS RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS E FISCAIS. AUSÊNCIA DE INTERESSE

A ré alega que, mantida a condenação ao pagamento da indenização por dano moral coletiva, descabem os encargos previdenciários e fiscais.

Todavia, o recurso não pode ser conhecido quanto a este aspecto, por falta de objeto, na medida em que a decisão recorrida em momento algum se refere aos encargos previdenciários e fiscais.

Caracterizada, portanto, a ausência de interesse recursal da parte ré, impondo-se o não conhecimento do recurso no particular.

Documento digitalmente assinado, nos termos da Lei 11.419/2006, pela Exma. Juíza Convocada Inajá Oliveira de Borba.

Confira a autenticidade do documento no endereço: www.trt4.jus.br. Identificador: E001.2210.3007.4521.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ACÓRDÃO

0000278-15.2011.5.04.0281 RO Fl. 6

MÉRITO

I. RECURSO ORDINÁRIO DA RÉ

1. DA NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Alega a parte ré que a Julgadora da origem, ao julgar improcedentes os embargos de declaração opostos, entendendo ausentes as omissões, contradições e obscuridades apontadas, incorreu em negativa de prestação jurisdicional. Afirma que havia necessidade de a Julgadora manifestar-se acerca do cumprimento da tutela antecipada e seus parâmetros, bem como sobre a apreciação dos itens 96, 97, 177 a 181 e 88 a 190 da contestação. Refere que, não tendo o Juízo da origem se pronunciado a respeito, restou violada a garantia do devido processo legal, prevista no art. 5º, LIV e LV da Constituição Federal, bem assim o art. 535 do CPC, incisos I e II, c/c com art. 832 e 897-A da CLT.

Examino.

Como se depreende da decisão das fls. 646, a Julgadora "a quo" não se eximiu de examinar as questões trazidos nos embargos de declaração, tendo, ao revés, manifestado-se expressamente sobre as mesmas. Veja-se que, na fl. 646, referiu, expressamente, que a decisão, quanto à antecipação dos efeitos da tutela, foi proferida por outro Juiz, mas que

eventual divergência de entendimento quanto àquele aspecto, foi objeto da sentença embargada. Também referiu, expressamente, que o alegado cumprimento parcial da antecipação de tutela não deve ser examinado nesse momento processual, sobretudo porque os respectivos documentos foram juntados após a prolação da sentença. Ressaltou, por fim, que os embargos de declaração não se prestam ao reexame da matéria já

Documento digitalmente assinado, nos termos da Lei 11.419/2006, pela Exma. Juíza Convocada Inajá Oliveira de Borba.

Confira a autenticidade do documento no endereço: www.trt4.jus.br. Identificador: E001.2210.3007.4521.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ACÓRDÃO

0000278-15.2011.5.04.0281 RO Fl. 7

analisada, tendo havido, pois, a integral prestação jurisdicional.

Ainda, em atenção aos termos do apelo, cumpre referir que a garantia constitucional, insculpida no art. 93, inciso IX, da Constituição Federal, diz respeito à necessidade de a decisão ser fundamentada, não havendo cogitar de insuficiência de prestação jurisdicional na hipótese de

constatação de mera divergência entre o entendimento da parte e o exarado pelo órgão julgador na solução da controvérsia.

Por fim, não há falar em nulidade da decisão por violação aos arts. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal, art. 535 do CPC e 832 e 897-A da CLT.

458, II e 515, §1º do CPC e art. 832 da CLT), invocados pela recorrente, tendo em vista que não é o caso de ausência de fundamentação ou de ausência de requisito indispensável à validade da sentença.

De todo modo, não há qualquer prejuízo à ré, na medida em que sua inconformidade poderá ser objeto de exame nesta segunda instância, por força dos efeitos devolutivo e translativo do recurso ordinário, conforme autoriza o art. 515, §1º do CPC, in verbis: "A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada. §1º - Serão, porém, objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que a sentença não as tenha julgado por inteiro".

Diante do exposto, rejeita-se a arguição, não havendo falar em violação aos dispositivos legais invocados no recurso.

2. DA CONTRADITA À TESTEMUNHA

O Juízo da origem, no prosseguimento da audiência, levada a efeito em 14-

06-2011, acolheu a contradita oferecida à testemunha da recorrente, ao

Documento digitalmente assinado, nos termos da Lei 11.419/2006, pela Exma. Juíza Convocada Inajá Oliveira

de Borba.

Confira a autenticidade do documento no endereço: www.trt4.jus.br. Identificador: E001.2210.3007.4521.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ACÓRDÃO

0000278-15.2011.5.04.0281 RO Fl. 8

fundamento de que a testemunha é de estrita confiança da ré, podendo inclusive confessar em nome da empresa, o que se equipara, por analogia, à amizade íntima e lhe retira a isenção necessária para depor. Em decorrência, colheu seu depoimento na condição de informante.

A ré, inconformada, recorre.

Alega a recorrente que a colhida do depoimento da testemunha contraditada se destinava a comprovar a cota de contratação de aprendizes a que estava obrigada a cumprir, bem assim a dificuldade de conseguir aprendizes para contratação. Diz que a acolhida da contradita lhe causou prejuízo e implicou violação dos princípios do contraditório e da ampla

defesa. Refere que, de todo modo, não há prova de que a testemunha tinha interesse no deslinde da controvérsia e tampouco que exercia função de confiança. Ressalta que no caso, deve ser aplicado, por analogia, o entendimento exarado na Súmula 357 do C. TST. Por fim, registra que, mesmo mantidas as declarações da testemunha na condição de informante, devem as mesmas ser consideradas para prolação da decisão.

De resto, sustenta que a decisão violou o princípio da defesa e contraditório, previstos nos incisos LIV e "L", do art. 5º da Constituição Federal. Requer, assim, seja afastada a acolhida da contradita de sua testemunha, determinando-se o retorno dos autos à origem para reabertura da instrução e colhida do depoimento da testemunha.

Examino.

Nos termos do art. 405 do CPC “podem depor como testemunhas todas as pessoas, exceto as incapazes, impedidas ou suspeitas”.

Serão consideradas suspeitas as testemunhas que, exemplificativamente,

Documento digitalmente assinado, nos termos da Lei 11.419/2006, pela Exma. Juíza Convocada Inajá Oliveira

de Borba.

Confira a autenticidade do documento no endereço: www.trt4.jus.br. Identificador: E001.2210.3007.4521.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ACÓRDÃO

0000278-15.2011.5.04.0281 RO Fl. 9

tiverem interesse no deslinde do feito, conforme preceitua o art. 405, parágrafo 3º, do CPC.

O art. 829 da CLT limita os casos em que a testemunha não poderá prestar o compromisso legal, quais sejam, parente até terceiro grau, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes.

No caso, ao contrário do posicionamento adotado na origem, entendo que o fato de a testemunha ter atuado como preposto da ré no inquérito civil somente poderia caracterizar hipótese de impedimento, caso tivesse lá atuado como representante legal da reclamada, ficando demonstrado seu interesse no litígio, de modo a torná-la suspeita, circunstância que não foi demonstrada nos autos.

De sinalar, a propósito, que o preposto não é, necessariamente, o representante da reclamada, nos termos do que dispõe o inciso III do art. 405 do CPC, sobretudo porque ele apenas faz às vezes do empregador na audiência, conforme prevê o art. 843, § 1º da CLT, havendo necessidade de

prova cabal no sentido de que, efetivamente, atuava como se a empresa fosse.

Diante do exposto, não há como se entender caracterizada a hipótese de falta de isenção de ânimo da testemunha para depor, impondo-se afastar a acolhida da contradição a ela oferecida, para reconhecer que seu depoimento foi prestado na condição de testemunha e não de informante, atribuindo-se a ele o valor probante que lhe imputar o Julgador, de acordo com seu convencimento.

Nestes termos, não há falar em violação aos dispositivos constitucionais invocados pela recorrente.

Documento digitalmente assinado, nos termos da Lei 11.419/2006, pela Exma. Juíza Convocada Inajá Oliveira de Borba.

Confira a autenticidade do documento no endereço: www.trt4.jus.br. Identificador: E001.2210.3007.4521.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ACÓRDÃO

0000278-15.2011.5.04.0281 RO Fl. 10

Dou provimento.

3. DA CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES

O Juízo da origem condenou a ré a "promover a contratação de aprendizes, preferencialmente adolescentes entre 14 e 18 anos, observados os termos do art. 11 do Decreto n. 5598/05, no percentual de 5%, no mínimo, do número de trabalhadores cujas funções demandem formação profissional, conforme estabelecido pela Classificação Brasileiro de Ocupação (CBO), mediante o atendimento aos termos do art. 429 da CLT, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por aprendiz não contratado, incidente em cada ocasião em que verificado o descumprimento da presente decisão, a ser recolhida ao Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente ou outro que lhe substitua ou, ainda, na sua falta, ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador".

Para tanto considerou a Julgadora "a quo" que, de acordo com o art. 429 da CLT e Decreto 5.598/2005, computam-se na base de cálculo adotada para fins de fixação da quantidade de aprendizes a serem contratados, todas as funções que, de acordo com a CBO- Classificação Brasileiro de Ocupação, exijam formação profissional.

A ré, inconformada, recorre.

Alega a recorrente, antes de mais nada, que sempre agiu de boa fé e

jamais desrespeitou a legislação que rege a matéria. Aduz que a base de cálculo da cota de aprendiz é apurada tendo em conta o total dos empregados da empresa, excluídas as funções que exigem formação de nível técnico ou superior e cargos de direção, de gerência ou de confiança, os empregados em regime de trabalho temporário e os aprendizes já

Documento digitalmente assinado, nos termos da Lei 11.419/2006, pela Exma. Juíza Convocada Inajá Oliveira

de Borba.

Confira a autenticidade do documento no endereço: www.trt4.jus.br. Identificador: E001.2210.3007.4521.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ACÓRDÃO

0000278-15.2011.5.04.0281 RO Fl. 11

contratados. Assevera que a base de cálculo de 102 empregados e, em decorrência, de 5 aprendizes, estipulada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, não pode prevalecer, sobretudo porque a Auditora Fiscal diz que deveria ser 7 o número de aprendizes. Refere que, assim, não há definição do número mínimo de aprendizes que deveria contratar, conforme dá conta, inclusive, o depoimento da testemunha da recorrente. Salienta que

contratou dois aprendizes, tal como deveria fazê-lo. Ressalta que os cargos de ajudante de estocagem, moldador e operador de máquina não demandam formação técnico profissional metódica, conforme preconiza o art. 428 da CLT e art. 3º do Decreto 5.598/2005 e art. 1º da Instrução Normativa 75. Assevera que a cota de aprendiz incide sobre a quantidade de trabalhadores de cada estabelecimento, cujos cargos demandem formação técnico profissional metódica, devendo a Classificação Brasileira de Ocupações ser interpretada de forma sistêmica, sempre levando em conta a formação educacional pelos aprendizes, coibindo-se a mera contratação de menores apenas para iniciá-los no mercado. Afirma que, consideradas as funções que demandem formação técnico profissional, a base de cálculo de trabalhadores para o cálculo da cota é de 38 empregados, o que implica o montante de 2 aprendizes, como, inclusive, reconhecido pelo SENAI, já devidamente contratados pela ré à época. Por outro lado, sustenta que deve ser considerada a dificuldade de contratação de aprendizes, porque a demanda é maior do que a procura.

Examino.

Nos termos do art. 429 da CLT: “Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços

Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores

Documento digitalmente assinado, nos termos da Lei 11.419/2006, pela Exma. Juíza Convocada Inajá Oliveira

de Borba.

Confira a autenticidade do documento no endereço: www.trt4.jus.br. Identificador: E001.2210.3007.4521.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ACÓRDÃO

0000278-15.2011.5.04.0281 RO Fl. 12

existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.”.

Como se vê do dispositivo citado, o único critério estabelecido para fixação da base de cálculo da cota de aprendizes a serem contratados, leva em consideração as funções exercidas pelo empregados da empresa, que demandem formação profissional.

Outrossim, a norma consolidada em comento foi regulamentada pelo

Decreto nº 5.598/05, que o art. 10, preceitua: “Para a definição das

funções que demandem formação profissional, deverá ser considerada a

Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. § 1º Ficam excluídas da definição do caput deste artigo as funções que demandem, para o seu exercício, habilitação profissional de nível técnico ou superior, ou, ainda, as funções que estejam caracterizadas como cargos de direção, de gerência ou de confiança, nos termos do inciso II e do parágrafo único do artigo 62 e do § 2º do art. 224 da CLT. § 2º Deverão ser incluídas na base de cálculo todas as funções que demandem formação profissional, independentemente de serem proibidas para menores de dezoito anos.”.

Essa norma, igualmente, estabelece um único critério para fixação do número de aprendizes a serem contratados e tem como único elemento de explicitação, para atendimento do quanto contido na CLT, a Classificação Brasileira de Ocupações, que prevê a necessidade de formação profissional para determinadas atividades, o que leva à conclusão de que, a partir da edição da referida norma legal, passou a ser irregular todo e qualquer outro critério, até então utilizado, para apuração da cota de

Documento digitalmente assinado, nos termos da Lei 11.419/2006, pela Exma. Juíza Convocada Inajá Oliveira de Borba.

Confira a autenticidade do documento no endereço: www.trt4.jus.br. Identificador: E001.2210.3007.4521.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ACÓRDÃO

0000278-15.2011.5.04.0281 RO Fl. 13

aprendizes a serem contratados.

A respeito, verifica-se que, em 12-11-2010, a pedido da ré, o SENAI, ao analisar as atividades profissionais existentes na empresa entendeu, presume-se, utilizando critérios subjetivos, além dos requisitos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações, que a ré possuía 29 empregados em funções que demandavam formação profissional, o que implica a contratação de 2 aprendizes (fl. 503).

Contudo, além de o exame da questão não comportar critérios subjetivos, ainda assim tais critérios não mais poderiam ser adotados, a partir da vigência do citado Decreto nº 5.598/05.

Por outro lado, a CBO, por si só, prescinde de qualquer outro critério, porquanto é resultado de estudo completo das funções exercidas no mercado de trabalho, indicando, inclusive, aquelas que demandam formação profissional para o seu exercício.

Daí porque, a definição prevista na Classificação Brasileira de Ocupações não pode ser substituída por qualquer outro tipo de avaliação, seja ela oriunda do SENAI, do Ministério do Trabalho e Emprego ou do próprio autor, sendo, pois, irrelevante a discrepância entre as cotas apresentada por cada um de tais órgãos, o que torna também despiciendas as afirmações da testemunha quanto às atividades afetas às funções de ajudante de estocagem, moldador e operador de máquinas.

De outra parte, descabe, também, a pretendida reforma da sentença quanto à idade dos aprendizes a serem contratados, porquanto a lei não estabelece a limitação pretendida pela recorrente.

Diante do exposto, correta a condenação imposta à ré, uma vez que

Documento digitalmente assinado, nos termos da Lei 11.419/2006, pela Exma. Juíza Convocada Inajá Oliveira de Borba.

Confira a autenticidade do documento no endereço: www.trt4.jus.br. Identificador: E001.2210.3007.4521.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ACÓRDÃO

0000278-15.2011.5.04.0281 RO Fl. 14

atende os ditames legais aplicáveis ao caso, já que, tendo a julgadora concluído pela contratação de aprendizes em número inferior ao determinado nos comandos legal e regulamentar aplicáveis, condenou a ré a promover a contratação de aprendizes no equivalente a 5% do número de empregados que exerçam atividades que demandem formação profissional.

Neste sentido, já decidiu o C. TST, no julgamento do processo RR 7300-34.2007.5.17.0013, em acórdão da lavra do Ministro João Batista Brito Pereira, publicado em 03-06-2011, nos seguintes termos:

“O Banco esmera-se em afastar sua responsabilidade na contratação de aprendizes com base no argumento de que o art. 429 da CLT é norma programática, o que desobrigaria o HSBC à contratação de aprendizes, pois já mantém outros programas sociais. Contudo, o que determina a contratação de aprendizes é o número de funcionários com formação profissional e não a quantidade de programas sociais patrocinados pelo Banco. O oferecimento de oportunidades aos jovens aprendizes não é mera questão de abrir vagas , mas o oferecimento de reais oportunidades, para construir uma percepção profissional ao

menor, viabilizando projetos de vida para as novas gerações.

Apesar do Banco afirmar que a contratação de aprendizes é

questão política, envolvendo riscos de prejuízos com a

concorrência, insta frisar que o não oferecimento dessa

oportunidade é que poderia acarretar um preço elevado. Não

custa lembrar os custos referentes à violência, discriminação e

insegurança social, que a sociedade brasileira está suportando

Documento digitalmente assinado, nos termos da Lei 11.419/2006, pela Exma. Juíza Convocada Inajá Oliveira

de Borba.

Confira a autenticidade do documento no endereço: www.trt4.jus.br. Identificador: E001.2210.3007.4521.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ACÓRDÃO

0000278-15.2011.5.04.0281 RO Fl. 15

há muito tempo. A contratação de aprendizes é obrigação

prevista na Consolidação das Leis Trabalhistas, Estatuto da

Criança e do Adolescente e Decreto n º 5.598/2005, que

regulamentou a contratação de aprendizes. A principal função

do Decreto foi discriminar as bases de cálculo para a exata definição da cota de aprendizagem das empresas, viabilizando o cumprimento da obrigação pelas empresas e fiscalização dos órgãos competentes. De acordo com os artigos 9ª a 12 do Decreto 5584/05, os estabelecimentos de qualquer natureza devem contratar aprendizes equivalentes a 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, incluídas na base de cálculo todas as funções que demandem formação profissional, independentemente de serem proibidas para menores de dezoito anos. Não entram nesse cálculo as funções que exigem formação de nível superior, técnico e os cargos de confiança. Há também a redução da alíquota dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para 2% (dois por cento). Não há obrigatoriedade na concessão de prazo para que o Banco proceda à regularização da contratação e matrícula de aprendizes, pois tal obrigação deriva de Lei e a multa diária será aplicada em relação a cada aprendiz, conforme postulado (f.23) ” (fls. 293/294) . O reclamado sustenta que o art. 429 da CLT não traz em si um comando obrigacional, pois não se trata de norma

impositiva, mas de norma programática, e, por isso , não está

obrigado o a contratar menor aprendiz. Afirma que mantém

outros programas sociais. Aponta ainda violação aos arts. 818

da CLT, 333, inc. I, do CPC e 5º, inc. II, da Constituição da

Documento digitalmente assinado, nos termos da Lei 11.419/2006, pela Exma. Juíza
Convocada Inajá Oliveira

de Borba.

Confira a autenticidade do documento no endereço: w w w .trt4.jus.br. Identificador:
E001.2210.3007.4521.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ACÓRDÃO

0000278-15.2011.5.04.0281 RO Fl. 16

República. Não há falar em ofensa ao art. 429 da CLT,

porquanto o Tribunal Regional , ao examinar a matéria,

entendeu que as funções oferecidas no estabelecimento do

recorrente demandam formação profissional.

De resto, em atenção dos termos do recurso, de sinalar que a pretensão

recursal de ver excluídas da base de cálculo do número de aprendizes a

serem contratados, as funções de ajudante de estocagem, moldador e

operador de máquina, se for o caso, poderá ser feita em liquidação, conforme inclusive já consta do dispositivo da sentença (fl. 622).

Neste contexto, nego provimento ao recurso no aspecto.

4. DO DANO MORAL COLETIVO

O Juízo da origem condenou a ré ao pagamento de indenização por dano moral coletivo, no valor de R\$ 20.000,00, reversível ao Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente ou outro que lhe substitua, ou ainda, na sua falta, ao Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Para tanto considerou a Julgadora "a quo" que, no caso, restou demonstrada a ocorrência de lesão a direito coletivo, uma vez que a inobservância do quanto disposto no art. 429 da CLT prejudica de forma concreta a formação profissional dos jovens, o que acaba, em última análise, atentando contra o valor social do trabalho.

A ré, inconformada, recorre.

Alega a recorrente que haverá dano moral coletivo quando se está diante de conduta ilícita, perpetrada pelo agente, o que não é o caso dos autos, de modo que não há falar em aplicação dos arts. 186 e 927 do Código Civil.

Documento digitalmente assinado, nos termos da Lei 11.419/2006, pela Exma. Juíza Convocada Inajá Oliveira de Borba.

Confira a autenticidade do documento no endereço: www.trt4.jus.br. Identificador: E001.2210.3007.4521.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ACÓRDÃO

0000278-15.2011.5.04.0281 RO Fl. 17

Sustenta que, de resto, não há culpa e tampouco nexo de causalidade.

Ressalta que a hipótese não é de fraude, mas de ausência de norma que regule a forma de cálculo da cota de aprendizes. Pretende ver-se absolvida da condenação respectiva, sob pena de violação aos incisos V e X do art. 5º da Constituição Federal.

Examino.

No caso presente, ao contrário do quanto sustentado pela ré, entendo que restou caracterizada a hipótese de dano moral coletivo. Isso porque, o procedimento da requerida, acabou por violar direito difuso da sociedade, na medida que lhe obstou de ver parte de seus membros integrados em ações de aprendizagem a que são obrigadas as empresas, visando à futura colocação dos aprendizes no mercado de trabalho. A ré, portanto, cometeu ilícito à parte considerável da sociedade, acarretando dano moral coletivo, que deve ser reparado.

Assim, na esteira da decisão da origem, devida a indenização em comento, remetendo-se o exame do quantum indenizatório a item próprio.

5. DA TUTELA ANTECIPADA

A recorrente, inconformada com a decisão, que manteve a antecipação de tutela concedida anteriormente, sustenta que não há descumprimento à legislação, de modo que não cabe a tutela antecipada. Diz que, além disso, não há falar em "fumus boni iuris" ou "periculum in mora". Ressalta que a decisão viola o disposto no § 3º do art. 461 do CPC, não restando demonstrado nos autos o preenchimento de todos os requisitos necessários para a concessão da tutela antecipada, sobretudo a relevância do fundamento da demanda e o justificado receio de ineficácia do provimento final. Requer, caso mantida a tutela antecipada, seja excluída a

Documento digitalmente assinado, nos termos da Lei 11.419/2006, pela Exma. Juíza Convocada Inajá Oliveira

de Borba.

Confira a autenticidade do documento no endereço: www.trt4.jus.br. Identificador: E001.2210.3007.4521.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ACÓRDÃO

0000278-15.2011.5.04.0281 RO Fl. 18

determinação para que os aprendizes possuam, preferencialmente, entre 14 e 18 anos, dada a inexistência de lei nesse sentido. Por fim, sustenta que o Juízo da origem não considerou que a ré comprovou o cumprimento da medida antecipatória antes da prolação da sentença, com o que descabe a aplicação da multa. Assevera que, mantida a decisão, restarão violados os arts. 273, 461, § 3º do CPC e as garantias previstas no art. 5º. incisos V e X da Constituição Federal.

Examino.

Razão não assiste à recorrente no aspecto, uma vez que estando atendidos os requisitos legais, comprovadas as alegações (e já não se está falando de verossimilhança das alegações) e presente a necessidade da efetivação imediata do provimento jurisdicional, há que se manter a antecipação dos efeitos da tutela, bem assim a tutela definitiva.

Do exposto, não há falar em violação aos dispositivos legais invocados pela recorrente.

Nego provimento.

6. DA MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER

O Juízo da origem condenou a ré à multa diária de R\$ 10.000,00 por

aprendiz não contratado, incidente em cada ocasião em que verificado o descumprimento da presente decisão, a ser recolhida ao Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente ou outro que lhe substitua ou, ainda, na sua falta, ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.

A ré, inconformada, recorre.

Alega a recorrente que o valor fixado é excessivo, devendo ser considerado

Documento digitalmente assinado, nos termos da Lei 11.419/2006, pela Exma. Juíza Convocada Inajá Oliveira

de Borba.

Confira a autenticidade do documento no endereço: www.trt4.jus.br. Identificador: E001.2210.3007.4521.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ACÓRDÃO

0000278-15.2011.5.04.0281 RO Fl. 19

o disposto no art. 920 do Código Civil, no que tange à limitação do valor da multa. Ressalta que tem direito à concessão de prazo para cumprimento da obrigação de fazer após o trânsito em julgado e somente após este é que poderá se falar em cobrança de multa, sob pena de violação ao art. 5º, LV da Constituição Federal. De todo modo, afirma que a obrigação de fazer foi

cumprida, conforme demonstrado nos autos.

Examino.

No caso dos autos, a pretensão principal consiste em obrigação de fazer, visando a assegurar o cumprimento da legislação que assegura a contratação de aprendizes, sendo a tutela antecipada o meio mais eficaz de tutela específica.

A multa, na espécie, destina-se apenas a compelir ao cumprimento, sendo devida, por isso, a partir da ciência da decisão, em caso de descumprimento da obrigação de fazer.

A admitir-se a pretensão recursal de se aguardar o trânsito em julgado da decisão e, somente após, exigir-se da empresa o cumprimento da obrigação corresponde a desprezar a própria função desta Justiça Especial na solução de lides que versam sobre a violação de direito de natureza coletiva ou individual homogênea.

De resto, estar-se-ia conferindo efeito suspensivo ao recurso, enquanto os próprios dispositivos consolidados asseguram efeito meramente devolutivo aos mesmos, garantindo, assim, a almejada efetividade da reparação ao direito violado.

Outrossim, relativamente ao valor da multa, nada há a modificar, já que

concluo que o valor fixado na origem revela-se proporcional para a hipótese

Documento digitalmente assinado, nos termos da Lei 11.419/2006, pela Exma. Juíza Convocada Inajá Oliveira

de Borba.

Confira a autenticidade do documento no endereço: www.trt4.jus.br. Identificador: E001.2210.3007.4521.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ACÓRDÃO

0000278-15.2011.5.04.0281 RO Fl. 20

de descumprimento do comando judicial, servindo, ademais e apenas, a instar ao cumprimento.

De resto e em atenção aos termos do recurso, impende salientar que a incidência, ou não, da multa para o caso do descumprimento da decisão que antecipou os efeitos da tutela é matéria a ser discutida na fase própria.

Dou provimento parcial.

7. DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. DA MULTA PREVISTA

NO ART. 475-J DA CLT

O Juízo da origem determinou a incidência de juros e correção monetária, a serem calculados na forma da lei, por ocasião da fase de execução,

quando serão observados os critérios sugeridos pela ré, inclusive no que tange à aplicação do art. 475-J do CPC.

A parte ré, inconformada, recorre.

Alega a recorrente que os critérios de cálculo devem ser fixados na decisão de conhecimento, sob pena de violação aos princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa, bem como à segurança jurídica. Diz que, caso contrário, não lhe seria oportunizado manifestar-se sobre os critérios, ocorrendo supressão de instância. Ressalta que a data a ser considerada para fins de cálculo da indenização por dano moral é a do trânsito em julgado da decisão, não sendo aplicável à espécie a Súmula 362 do STJ. Quanto à multa prevista no art. 475-J do CPC diz que não ser aplicável á espécie, reiterando, em caso de entendimento diverso, as alegações expendidas quanto aos juros e correção monetária.

Examino.

Documento digitalmente assinado, nos termos da Lei 11.419/2006, pela Exma. Juíza Convocada Inajá Oliveira de Borba.

Confira a autenticidade do documento no endereço: www.trt4.jus.br. Identificador: E001.2210.3007.4521.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ACÓRDÃO

0000278-15.2011.5.04.0281 RO Fl. 21

Relativamente aos juros e correção monetária, a Turma Julgadora já firmou entendimento de que é na fase de liquidação de sentença que deverão ser definidos os critérios de cálculo dos juros e correção monetária, uma vez que, de acordo com a legislação, é na referida fase processual que se apura o "quantum" devido.

Com isso, não haverá prejuízo, porquanto às partes será assegurada a aplicação da lei vigente quando do efetivo pagamento e, pois, o contraditório e a ampla defesa relativamente à eventual discussão quanto a esses aspectos na fase própria.

De resto, não há falar na aplicação da multa vindicada pelo autor à fl. 501, já que inaplicável ao Processo do Trabalho o artigo 475-J do CPC, porquanto a CLT tem regulamentação específica para a execução trabalhista (artigos 876 a 892).

Diante do exposto, dou provimento parcial ao recurso ordinário da ré para afastar da condenação a aplicação da multa prevista no art. 475-J do CPC.

10. DOS EFEITOS DA DECISÃO RECORRIDA

A parte reclamada requer que os efeitos da sentença se limitem à competência territorial da Vara da origem, entendendo aplicável à espécie a Orientação Jurisprudencial n. 130 da SDI-1 do C. TST.

Examino.

Com efeito, a Orientação Jurisprudencial nº 130 da SDI-1 do C. TST, embora refira-se à fixação da competência territorial para o ajuizamento da ação civil pública, decorre do disposto no art. 16 da Lei nº 7.347/85, segundo o qual os efeitos da sentença devem ficar restritos ao âmbito da competência territorial do órgão prolator da decisão. Daí porque, ajuizada a

Documento digitalmente assinado, nos termos da Lei 11.419/2006, pela Exma. Juíza Convocada Inajá Oliveira

de Borba.

Confira a autenticidade do documento no endereço: www.trt4.jus.br. Identificador: E001.2210.3007.4521.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ACÓRDÃO

0000278-15.2011.5.04.0281 RO Fl. 22

ação perante a Vara do Trabalho de Esteio, os efeitos da decisão devem abranger todo o território daquele Município.

II. RECURSO ORDINÁRIO DO AUTOR E RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA. MATÉRIA COMUM

DO VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COLETIVO

O Juízo da origem condenou a ré ao pagamento de indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 20.000,00.

Para tanto considerou o Julgador "a quo" excessivo o valor vindicado na petição inicial e considerou que o valor fixado leva em conta o cumprimento parcial da norma por parte da ré e a quantidade diminuta de pessoas objetivamente atingidas na comunidade local.

As partes, inconformadas, com o valor fixado, interpõem recursos.

A ré alega que não restou demonstrado o dano moral coletivo e que o valor, de todo modo, deve ser reduzido, uma vez que são vários os critérios a serem observados para fixação do valor da indenização destinada a reparar o dano, atentando-se para o princípio da razoabilidade e proporcionalidade.

O autor sustenta a necessidade de majoração da indenização deferida, aduzindo que a ré é uma empresa multinacional, sediada em vários países, sendo que, no Brasil, o grupo econômico totaliza mais de 19 empresas.

Destaca o capital social da empresa ré. Assevera que o dano moral

coletivo não se destina a compensar a dor sofrida individualmente pelo lesado, adquirindo, isto sim, função social e política. Refere que, além da extensão, natureza e gravidade do dano, há que se atentar também para a finalidade repressiva e preventiva da indenização. Sustenta, em síntese, Documento digitalmente assinado, nos termos da Lei 11.419/2006, pela Exma. Juíza Convocada Inajá Oliveira de Borba.

Confira a autenticidade do documento no endereço: www.trt4.jus.br. Identificador: E001.2210.3007.4521.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ACÓRDÃO

0000278-15.2011.5.04.0281 RO Fl. 23

que o valor fixado é irrisório frente a capacidade econômica da reclamada, devendo ser fixado em R\$ 100.000,00.

Examino.

A respeito do quantum indenizatório entendo que o procedimento da reclamada, ao se furtar a cumprir seu dever legal de contratar aprendizes, causou dano à comunidade local, na medida em que a aprendizagem é uma, senão a única, forma lícita de o aprendiz ingressar no mercado de

trabalho e, assim, auferir renda, sem que resulte prejudicado seu desenvolvimento.

Trata-se, portanto, de questão de relevância social, devendo, nesse contexto, a condenação inibir o agente de praticar a lesão e fazê-lo conscientizar-se de que deve modificar sua conduta. A penalidade imposta ao agente deve também servir para demonstrar à sociedade que a prática adotada não passa incólume à ordem jurídica.

Assim é que, no caso em exame, considerando a natureza do comportamento da ré e que o mesmo atingiu diretamente um número relativamente pequeno de pessoas, restritas, ainda, à sede da reclamada em Esteio, sendo seu reflexo direto limitado ao âmbito da sociedade local, entendo que o valor de R\$ 20.000,00, fixado na sentença, atende o aspecto punitivo, pedagógico e reparador, atingindo, portanto, ao fim colimado, não havendo como fixar indenização nos patamares indicados na petição inicial, porque elevados para o contexto dos autos.

Nego provimento.

Documento digitalmente assinado, nos termos da Lei 11.419/2006, pela Exma. Juíza Convocada Inajá Oliveira
de Borba.

Confira a autenticidade do documento no endereço: www.trt4.jus.br. Identificador: E001.2210.3007.4521.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ACÓRDÃO

0000278-15.2011.5.04.0281 RO Fl. 24

PARTICIPARAM DO JULGAMENTO:

JUÍZA CONVOCADA INAJÁ OLIVEIRA DE BORBA (RELATORA)

DESEMBARGADOR JOÃO PEDRO SILVESTRIN

DESEMBARGADOR RICARDO TAVARES GEHLING

Documento digitalmente assinado, nos termos da Lei 11.419/2006, pela Exma. Juíza Convocada Inajá Oliveira

de Borba.

Confira a autenticidade do documento no endereço: www.trt4.jus.br. Identificador: E001.2210.3007.4521.

-----owner-membros@gamma.pgt.mpt.gov.br escreveu: -----

Para: membros@gamma.pgt.mpt.gov.br
De: Jaime Jose Bilek lantas
Enviado por: owner-membros@gamma.pgt.mpt.gov.br
Data: 04/07/2012 09:04 AM
Assunto: [Membros do MPT] RECURSO DE REVISTA

S.A.

I. RELATÓRIO

Inconformada com a r. sentença de fls. 166-168, que não acolheu os pedidos formulados na petição inicial, recorre a parte autora.

Pretende a reforma quanto aos seguintes itens: a) inoccorrência de perda de objeto da ação; b) custas processuais; e c) dano moral coletivo.

O recolhimento do depósito recursal e das custas processuais não foi efetuado, conforme a previsão constante no art. 1º, IV e VI, do Decreto-Lei 779/1969.

Contrarrrazões apresentadas pela parte ré às fls. 185-197.

Em face do que dispõe o art. 20, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, os autos não foram enviados ao Ministério Público do Trabalho.

II. FUNDAMENTAÇÃO

1. ADMISSIBILIDADE

Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, **ADMITO** o recurso ordinário.

2. MÉRITO

INOCORRÊNCIA DE PERDA DE OBJETO DA AÇÃO

O juízo de origem extinguiu o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC, quanto ao pedido de contratação de aprendizes, pois concluiu pela perda do objeto da ação em virtude de o réu ter contratado a cota mínima de aprendizes exigida pelo art. 429 da CLT.

Recorre o Ministério Público com o argumento de que "se o cumprimento da obrigação de fazer após a propositura da ação que a pleiteia caracterizar a perda de objeto de ações civis públicas, muito fácil ficará para as recorridas e outras empresas que cometem semelhantes irregularidades: quando se ingressa com a ação civil pública, rapidamente adequam sua conduta e declara-se a perda de objeto; tão logo a fiscalização vire as costas, as recorridas sentem-se liberadas para retornar à ilegalidade, ou seja, rompem o vínculo laboral com os aprendizes" (fl. 174). Sustenta que o posicionamento adotado pelo juízo de origem fere o princípio da economia processual, uma vez que obriga a propositura de nova ação civil pública no caso de descumprimento da exigência legal quanto à contratação de aprendizes nas agências bancárias. Assevera que "se não houver decisão judicial impondo multa cominatória em caso de

descumprimento, está-se a autorizar que as recorridas voltem a cometer os mesmos ilícitos" (fl.174) . Requer o retorno do autos à origem para julgamento do mérito. Na petição inicial (fl. 19) verifica-se que o pedido principal se refere à obrigação de contratar aprendizes nas agências bancárias do réu. O Ministério Público também postulou a cominação de multa diária, no caso de descumprimento da obrigação, bem como a declaração incidental de nulidade da cláusula quarta do Termo de Cooperação Técnica 008/2010 firmado entre o Ministério do Trabalho e Emprego e a FENABAN (fl. 19).

Na contestação (fl. 68), o réu alegou ausência de interesse de agir, pois contratou o número mínimo de aprendizes em cada agência bancária de Campo Mourão. Em relação à legalidade da cláusula quarta do Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério do Trabalho e Emprego e a FENABAN, asseverou que o referido ajuste, ao estabelecer o número mínimo de 7 empregados para a contratação de aprendizes, elevou o mínimo legal de contratação de aprendizes de 5% para 7%. A Lei Complementar 75/1993, no artigo 83, confere ao Ministério Público do Trabalho a prerrogativa de promover Ação Civil Pública no âmbito da Justiça do Trabalho para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos. Assim é porque a Constituição Federal incumbiu-o da defesa da ordem jurídica, dos interesses sociais e individuais indisponíveis e do próprio regime democrático (art. 127).

In casu, é incontroverso que o réu reconheceu a legitimidade do pleito do autor, no que tange à necessidade de contratação de aprendizes, tanto que comprovou tê-la feito com os documentos de fls.112-115, ainda que posteriormente à propositura da ação. Há que se considerar que o interesse processual é caracterizado pelo binômio necessidade/utilidade. No presente caso, é desnecessário comando cominatório, pois o pedido principal de contratação de aprendizes, nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT, foi cumprido pelo réu. Assim, cumprida espontaneamente a obrigação de fazer, a tutela jurisdicional invocada tornou-se desnecessária.

Quanto à tutela inibitória para que o réu não deixe de observar o mínimo de menores aprendizes que deve possuir em seu quadro, entendo ser inviável, pois protrai a obrigação de fazer no tempo e prolonga a litigiosidade, o que contraria os princípios norteadores do processo e os próprios ideais de justiça. Ressalte-se que o recurso do

Ministério Público sequer menciona a contratação ocorrida antes da prolação da sentença, e que, a meu ver, denotou autêntica intenção de o réu readequar-se à lei, pois não permaneceu inerte, à espera do comando judicial e da cominação de pena. Observo aqui, por oportuno, que a boa-fé se presume. Com isso, penso que não se deve sequer cojitar de que o banco tenha agido com reserva mental, nos termos sugeridos pelo recorrente. Até prova em contrário, parece ser essa a solução mais adequada à hipótese de que se trata.

A concessão de tutela inibitória no plano coletivo alicerça-se na determinação de não fazer, a fim de cessar o ilícito ou seus efeitos danosos, ou na determinação de fazer, buscando corrigir a omissão ilícita ou seus danos. É nesta hipótese que se enquadra o caso presente, resolvido pela contratação do número mínimo de aprendizes, como já concluiu a sentença que, a meu ver, não merece qualquer reparo.

Tendo em vista que o réu já adotou as providências legais postuladas pelo autor, abandonando a conduta ilícita, o pedido inibitório é alicerçado apenas na possibilidade de, futuramente, o réu desconsiderar a contratação de aprendizes ou despedir os atualmente contratados, sem reposição. Logo, o pedido de tutela inibitória se funda na eventualidade de frustração intencional da medida que já foi adotada pela parte ré, o que, na esteira do que já se acentuou nesta decisão, não pode ser presumido, sob pena de negar-se o primado da boa-fé.

A concessão de tutela inibitória fundada em eventual alteração da conduta do réu é injustificável, principalmente em face dos termos e limites da coisa julgada em ação civil pública, isto é, que o encerramento da presente ação não impede a propositura de outra, se modificado o contexto fático ou jurídico.

O acolhimento do pedido, nos termos pretendidos pela parte autora, levaria o juízo a proferir decisão sobre fatos futuros e incertos. Esclareço que, cumprida espontaneamente pelo réu a determinação legal de contratação de aprendizes, é inviável impor um comando voltado a atos futuros e incertos, pois perpetuaria a demanda, em afronta à segurança jurídica e à celeridade processual. O acesso a justiça resta garantido, na medida que futuro inadimplemento da obrigação possibilitará à parte autora a propositura de nova ação reivindicando os direitos violados.

Não vejo, com todo o respeito aos que pensam de modo diverso, que a cominação, nos moldes postulados, represente alguma espécie de defesa da competência ou da

jurisdição. Parece que não seria mais que um comando caprichoso a depositar sobre o réu algo como a espada de Dâmocles, pronta para desfazer o equilíbrio e a harmonia do conflito que o réu considera ter dirimido com sua conduta espontânea. Reitero que na eventualidade dessa ocorrência, o que, sinceramente não se espera, o Judiciário estará pronto a atender o chamado do *parquet*.

Nesse aspecto não há lugar para aplicação da multa do art. 461, do CPC, pois se trata de acessório do pedido principal, que, *in casu*, já foi cumprido pelo réu. Ademais, o cumprimento espontâneo pelo réu da pretensão da parte autora demonstra sua boa-fé, que deve permear o comportamento das partes no processo judicial. Cabe ressaltar que o objetivo do processo é solucionar conflitos, o que significa que não constitui um fim em si mesmo, mas um instrumento utilizado pelo Estado para a distribuição da justiça.

Nesse sentido, o Direito do Trabalho possui princípios próprios, dentre os quais se destaca a conciliação. A CLT estimula a conciliação, assim entendido o processo que põe término à lide mediante concessões recíprocas, com atuação judicial, seja participando ativamente das tratativas, como um conciliador, ou apenas analisando a possibilidade das concessões.

Dessa forma, se uma das finalidades do processo do trabalho é justamente conciliar os conflitos de interesses, maior eficácia para a solução da controvérsia se verifica nos casos em que o réu espontaneamente cumpre a obrigação antes de mesmo da abertura da instrução processual, como ocorreu na hipótese dos autos.

Em relação ao pedido de declaração de nulidade da cláusula quarta do Termo de Cooperação Técnica 008/2010 firmado entre o Ministério do Trabalho e Emprego e a FENABAN, observa-se que sequer existe decisão a respeito (fl. 166). Competia ao autor provocar o juízo a fim de sanar a omissão. Contudo deixou transcorrer *in albis* o prazo para opor embargos de declaração. Dessa forma, encontra-se precluso o direito de obter a análise da matéria em grau recursal, sob pena de supressão de instância.

Diante do exposto mantenho a r. sentença.

DANO MORAL COLETIVO

O juízo *a quo* indeferiu o pedido de condenação do réu ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, pois considerou que "o simples fato de o empregador não cumprir totalmente suas obrigações contratuais, não é suficiente para que se considere

a coletividade de trabalhadores atingida em sua moral. Ademais, não há prova nos autos de que a conduta da ré tenha gerado a uma coletividade, sentimentos de inferioridade, angústia, indignação, humilhação ou qualquer outro sofrimento desta natureza" (fl. 167).

Recorre o autor com o argumento de que impor ao réu apenas a abstenção da prática ilícita acarretaria enriquecimento indevido, "porque deveria estar desembolsando, mensalmente, o valor correspondente ao salário de dois aprendizes" (fl. 179). Assevera que as "transgressões à ordem jurídica se transformam em inadmissíveis lesões à dignidade dos trabalhadores, bem como aos valores socialmente concebidos, sendo suficiente para ensejar o dano moral indenizável à sociedade, pois foram feridos direitos fundamentais, os quais são inalienáveis, irrenunciáveis e indisponíveis" (fl. 179). Aduz que a conduta ilícita do réu, por si só, causou os danos coletivos narrados na petição inicial e ofendeu de forma flagrante a ordem jurídica trabalhista, exigindo reparação que tenha efetivamente o condão de compeli-lo a não mais praticar tais ilícitos.

Segundo o doutrinador e Procurador Regional do Trabalho, Xisto Tiago de Medeiros Neto, o dano moral coletivo "corresponde à lesão injusta e intolerável a interesses ou direitos titularizados pela coletividade (considerada em seu todo em qualquer de suas expressões - grupos, classes ou categorias de pessoas), os quais possuem natureza extrapatrimonial, refletindo valores e bens fundamentais para a sociedade" (Dano moral coletivo. 2. ed. São Paulo: LTr, 2007, p. 137).

Raimundo Simão de Melo, que também é Procurador Regional do Trabalho, define o dano moral coletivo e cita o doutrinador Marco Antônio Marcondes Pereira: (...) Assim, se o dano moral 'lato sensu' é a violação de direitos da personalidade, 'dano moral coletivo é a violação transindividual dos direitos da personalidade'.

De forma mais ampla diz Marco Antônio Marcondes Pereira, que 'Dano moral coletivo é o resultado de toda ação ou omissão lesiva significativa, praticada por qualquer pessoa contra o patrimônio da coletividade, considerada esta as gerações presentes e futuras, que suportam um sentimento de repulsa por um fato danoso irreversível, de difícil reparação, ou de consequências históricas.'

Conclui-se, portanto, que dano moral coletivo é a lesão significativa, com reflexos e prejuízo na esfera de valores coletivos socialmente concebidos e protegidos juridicamente. (MELO, Raimundo Simão de. Direito ambiental do trabalho e a saúde do

trabalhador. 3. ed. São Paulo: LTr, p. 329)

Ainda, são pertinentes as seguintes considerações do referido autor:

A esfera do Direito do Trabalho é bastante propícia para eclosão do dano moral, como vem ocorrendo com frequência e realmente reconhecem a doutrina e a jurisprudência, inclusive no ambiente laboral, em que são mais comuns as ofensas morais no sentido coletivo 'stricto sensu'. No Direito do Trabalho, não são raros os casos de ocorrência de danos morais coletivos, por exemplo, com relação ao meio ambiente do trabalho, ao trabalho análogo à condição de escravo, ao trabalho infantil, à discriminação de toda ordem (da mulher do negro do dirigente sindical, do trabalhador que ajuíza ação trabalhista, do deficiente físico, etc.), por revista íntima, etc. (MELO, Raimundo Simão de. ob cit, p. 334).

Dessas considerações doutrinárias, extrai-se que o dano moral coletivo difere em muito do dano moral individual por atingir valores sociais pela lesão sofrida por uma coletividade, considerada em seu caráter transindividual. Não se trata, portanto, de lesão a valores íntimos, pessoais de cada indivíduo (honra, fama, dignidade). Dito de outra forma, o dano moral coletivo é visto por todos (é externo), na medida em que toda a sociedade sofre as consequências da lesão perpetrada.

Com efeito, os valores do trabalho, assim como os sociais, ambientais, econômicos, atingem uma dimensão transindividual, justamente pelo seu poder de influenciar a vida em sociedade.

Portanto, deve-se voltar o pensamento para os direitos metaindividuais com visão coletiva, não sendo possível apreciar a matéria sob a ótica tradicional individualista.

No presente caso, embora, a princípio, o réu não observasse o dever de contratação de aprendizes em suas agências bancárias, não vislumbro ofensa à integridade moral da coletividade, de forma a ensejar o pagamento da indenização pleiteada. Além disso, é de considerar o fato de que o réu, espontaneamente, adequou sua conduta ao contratar os aprendizes antes mesmo de iniciar-se a instrução processual.

Há de ser aplicado na hipótese os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, pois não há demonstração de ofensa significativa e intolerável a interesses extrapatrimoniais reconhecidos e compartilhados pela coletividade. Sem isso, não há possibilidade de indenização.

Para que se caracterize o dano moral coletivo é necessário que a conduta do agente

represente grave violação de valores sociais relevantes que repercutam de modo negativo na coletividade, impingindo sentimentos de indignação e inconformismo. Caso contrário, qualquer violação a interesses e valores coletivos poderia ser considerada como ofensa ao patrimônio imaterial da sociedade, o que não parece ser o escopo da tutela legal conferida aos direitos coletivos.

Dessa forma, o dano moral coletivo a ser indenizado deve ser concreto, e não potencial, pois contempla cenário de distorção que impacta numa comunidade. Assim, para haver efetiva lesão moral coletiva, deve haver reflexo da conduta do agente em toda a comunidade, por violar os seus valores, denotando, assim, sua natureza de indivisibilidade.

Nesse sentido, ressalto os fundamentos expostos nas seguintes ementas: INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COLETIVO. O fundamento adotado pelo Tribunal Regional para conceder a indenização por dano moral coletivo foi a mera ampliação do conceito de dano moral. O dano moral coletivo, entretanto, pressupõe um ilícito que enseje imediata repulsa social, para o que não se pode dispensar, in casu, a demonstração do nexu causal entre a conduta empresarial no cumprimento da norma e a lesão à coletividade [...] (RR - 7300-34.2007.5.17.0013 , Relator Ministro: João Batista Brito Pereira, Data de Julgamento: 25/05/2011, 5ª Turma, Data de Publicação: 03/06/2011).

RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. [...] 8. DANO MORAL COLETIVO - RESPONSABILIDADE INDENIZATÓRIA. ELEMENTOS CARACTERIZADORES. AUSÊNCIA. Dano moral é a lesão de natureza não-material ao patrimônio moral do indivíduo; este, por sua vez, é constituído pelos direitos invioláveis da personalidade: direito à vida, integridade física, liberdade, igualdade, intimidade, vida privada, imagem, honra, segurança e propriedade. Desses, tem natureza predominantemente não-material os direitos à intimidade, vida privada, imagem e honra. Para se considerar a conduta do Banco, no caso, como geradora do direito à indenização por dano moral, haveria que estar comprovada nos autos a lesão à imagem e à honra dos empregados, mediante a ocorrência de constrangimento perante terceiros resultante da referida conduta. De igual modo, seria necessária a comprovação da forma e da medida em que a vida dos trabalhadores teria sido atingida pela prática do Recorrente. Ausentes tais elementos, a condenação ao pagamento de indenização por dano moral coletivo resta

fundamentada, exclusivamente, em uma presunção de lesão. Revista conhecida e provida. (RR - 90600-38.2008.5.13.0022 , Relator Ministro: Carlos Alberto Reis de Paula, Data de Julgamento: 04/05/2011, 8ª Turma, Data de Publicação: 16/05/2011) Também não se concebe o provimento judicial a pretexto de evitar que no futuro a empresa deixe de observar o número mínimo de aprendizes, na esteira dos fundamentos já expostos na presente decisão.

Mantenho.

CUSTAS

PROCESSUAIS

Aduz o autor que o réu deve arcar com as custas processuais, pois deu causa à propositura da presente ação em razão de ter deixado de admitir a cota obrigatória de aprendizes. Assevera que "a superveniente contratação de aprendizes, adequando-se à lei, apenas foi usada como subterfúgio para se pleitear a perda de objeto no presente processo" (fl. 176).

Não procede o pleito, na medida em que as custas, no processo do trabalho, são pagas pelo vencido, a teor do disposto no art. 789 da CLT, situação na qual não se enquadra o réu, *data* *venia*.

III.

CONCLUSÃO

ACORDAM os Juízes da 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por unanimidade de votos, **CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA PARTE AUTORA**. No mérito, por igual votação, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, nos termos da fundamentação.

Custas inalteradas.

Intimem-se.

Curitiba, 26 de junho de 2012.

ANA CAROLINA ZAINA

DESEMBARGADORA RELATORA